

REDE(S) DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA: O CASO DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA

Desenvolvimento territorial

Roney Rezende Rangel, Universidade Nove de Julho (UNINOVE), rrrangel01@gmail.com

Friedhilde Maria Kustner Manolescu, Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), frida@univap.br

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar empreendimentos econômicos solidários e rede(s) de colaboração solidária na região do Vale do Paraíba Paulista e no Brasil. O interesse e importância deste estudo emergem diante do crescimento da economia solidária no país que vem se revelando como uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda, tanto quanto um outro modo de produção. Para tanto, o trabalho compõe-se de duas partes principais, além da introdução e considerações finais: na primeira, apresentam-se o arcabouço teórico e um conciso panorama em âmbito nacional acerca da economia solidária e das redes de colaboração solidária. A região estudada integra a segunda parte, materializada por indicadores socioeconômicos como população economicamente ativa e população pobre. Metodologicamente, além do levantamento bibliográfico, o estudo se utiliza da pesquisa documental via fontes estatísticas do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de arquivo público intitulado 'Relatório sobre a Composição do Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba Paulista e do Litoral Norte' da Caixa Econômica Federal (CEF).

Palavras-chave: Economia Solidária; Rede de Colaboração Solidária; Vale do Paraíba Paulista.

1. Introdução

A partir dos últimos dois decênios do século XX, época marcada pelo processo de abertura ao mercado internacional e pela implantação da reestruturação produtiva, auge principalmente da perda de inúmeros postos de trabalho (Singer, 2002), surge com maior intensidade as experiências de economia solidária no Brasil, em resposta, especialmente, aos problemas do desemprego em massa e da acentuada exclusão social.

Destarte, num tempo ainda banhado de dilemas socioeconômicos que ocasionam exclusão social, a prática da economia solidária assume-se como uma estratégia e alternativa de promoção de 'outras' formas de organização do trabalho para uma população sem emprego e pobre, cujo objetivo prioritário se estabelece no atingimento de melhores condições de vida e inclusão social sob a forma da fruição de renda.

Desta forma, a economia solidária aponta o trabalho associativo e autogestionário como alternativa, tanto de organizar a atividade laboral baseada essencialmente na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, quanto de geração de emprego e renda -

situação *sine qua non* para minorar os efeitos excludentes causados pela globalização e pela reestruturação socioeconômica da sociedade capitalista. Neste contexto, emergem as redes de colaboração solidária inauguradas por produtores que buscam integrar produção, comercialização, crédito e consumo.

Mediante estas considerações iniciais, o objetivo central deste artigo se concentra na identificação de experiências autogestionárias e de rede(s) de colaboração solidária na região do Vale do Paraíba Paulista e no Brasil. De forma secundária, assume-se como objetivo, uma breve caracterização destas iniciativas.

Os procedimentos metodológicos adotados no estudo se ocupam da pesquisa bibliográfica subsidiada por autores seminais como Paul Israel Singer, Luiz Inácio Germany Gaiger e André Euclides Mance, e da pesquisa documental assistida por fontes estatísticas do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de arquivo público intitulado ‘Relatório sobre a Composição do Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba Paulista e do Litoral Norte’ da Caixa Econômica Federal (CEF).

2. Breves considerações teóricas

A origem da economia solidária reporta-se à época da Revolução Industrial na Europa Ocidental (séculos XVIII e XIX), cenário da introdução das máquinas a vapor nas fábricas e da substituição da força de trabalho humano, que acabou acarretando uma reestruturação das relações de produção. Neste cenário houve um grande peso sob a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Nesta direção, Hobsbawn (2003, p. 13), advoga que, “a Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos”.

Naquela época, os denominados ‘socialistas utópicos’ almejavam uma sociedade mais justa, solidária e sem desigualdade social. Dentre os principais expoentes do cooperativismo revolucionário, encontram-se o inglês Robert Owen e os franceses Claude Henri de Rouvroy (conde de Saint-Simon), François Marie Charles Fourier e Pierre-Joseph Proudhon. Para Bertucci (2005), estes foram os primeiros pensadores a demonstrar que a principal fonte de todos os males sociais estava na estrutura do sistema econômico baseado na propriedade privada.

No Brasil, a introdução do termo economia solidária é atribuída ao pesquisador e atual secretário nacional de economia solidária - Paul Singer, que a assume desde a década de 1990 como uma forma de reintegrar a massa de desempregados no país:

o desemprego tornou-se a principal patologia social e, para combatê-lo, a estratégia mais aplicada é habilitar profissionalmente os desempregados e proporcionar-lhes algum capital que possam auto-empregar-se por meio de atividades por conta própria ou estabelecimento de pequena empresa. (SINGER, 1996, p. 1)

Como prática, a economia solidária tem a mesma gênese do cooperativismo, todavia, o seu conceito é uma criação recente, afirma Singer (2002). Para o autor, a economia solidária é considerada como um novo cooperativismo, pois compreende a “volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p. 111).

Os principais argumentos do pesquisador para justificar a existência da economia solidária no contexto atual concentram-se na questão do desemprego e da exclusão social. Nesta direção, Singer sinaliza que os próprios trabalhadores podem lutar e reagir contra estes dilemas socioeconômicos e eles próprios organizados são capazes de tomar o seu destino em suas mãos, criar suas próprias empresas (Singer, 1998), tornando a economia solidária como uma solução não-capitalista [...] como caminho para a geração de renda e alternativa ao liberalismo (SINGER, 2000).

Com base nessa tendência, Singer (2002) admite que as iniciativas socioeconômicas coletivas surgem como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, regidos pela solidariedade, ajuda mútua, democracia e autogestão.

Criada e recriada periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho, a economia solidária, como aduz Singer (2002), tem a finalidade de unir a capacidade de produção e consumo com os princípios de socialização dos meios de produção. Ao mesmo tempo, Singer (2005) condena a ditadura do capital sobre o trabalho e a crescente desigualdade entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho. Por sua vez, ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista (SINGER, 2000).

Luiz Inácio Germany Gaiger, um dos pesquisadores mais conhecidos, que dedica há anos seus estudos ao tema da economia solidária (e movimentos sociais), estabelece o termo –

empreendimentos econômicos solidários (EES) com objetivo de denominar as iniciativas autogestionárias e solidárias. Segundo Gaiger (1999; 2001; 2002), sob a luz da teoria marxista, os EES representam uma nova forma social de produção pela modificação dos princípios e os fins da organização econômica.

Esta expressão é admitida por Gaiger como:

diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência. (GAIGER, 2003, p. 135)

As principais características e princípios dos EES, segundo Gaiger (1999), são:

- (1) autogestão, compreendida como o controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante de agentes externos;
- (2) democracia, expressa pelas decisões tomadas pelo conjunto dos associados, através de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas, garantindo transparência no exercício da direção e fiscalização por órgãos independentes;
- (3) participação, garantida pela regularidade e freqüência em reuniões, assembleias e consultas, com elevado grau de comparecimentos e mobilização de mecanismos de renovação e alternância dos quadros diretivos;
- (4) igualitarismo, garantindo por critérios de remuneração pelo trabalho, por uma divisão equitativa dos excedentes e benefícios, pela socialização do capital e pela inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para as atividades-fim;
- (5) cooperação, entendida como a responsabilidade partilhada no processo produtivo, incluindo relações de confiança e reciprocidade, paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais;
- (6) autosustentação, expressa na atividade produtiva geradora de viabilidade econômico-financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural;
- (7) desenvolvimento humano, que inclui processos de formação da consciência e de educação integral e iniciativas de qualificação teórica e profissional;
- (8) responsabilidade social, que pressupõe uma ética solidária, socialmente comprometida com melhorias na comunidade e com relações solidárias de comércio, troca e intercâmbio; e práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador.

No tocante às desigualdades sociais, Gaiger sustenta que a economia solidária tem sido apontada como uma alternativa inovadora e eficaz de criação de postos de trabalho,

geração de renda e combate à pobreza, bem como uma prática redutora da vulnerabilidade social causada pela crise do desemprego. Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, o autor postula que ela “oferece outras condições aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Esse conteúdo provém da experiência concreta da autonomia no trabalho e pelo trabalho” (GAIGER, 2004, p. 395).

Sob a luz do significado de uma nova dinâmica de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e na crença numa sociedade mais igualitária, justa e digna, a economia solidária surge como um instrumento de inclusão social e resgate da cidadania e se verifica em um campo de múltiplos termos. O Quadro 1 revela as várias acepções acerca da economia solidária e seus respectivos proponentes.

Acepção	Autor(es)
Economia da dádiva	Noelle Marie Paule Lechat & Walmor Schiochet
Economia de comunhão	Kelen Cristina Leite
Economia de solidariedade	Luis Razeto Migliaro
Economia do trabalho	José Luis Coraggio
Economia moral	Noelle Marie Paule Lechat
Economia popular	Ana Mercedes Sarria Icaza & Lia tiriba, Luis Razeto Migliaro
Economia popular solidária	Ademar de Andrade Bertucci & Roberto Marinho Alves; João Cláudio Tupinambá Arroyo & Flávio Camargo Schuch
Economia social	Jacques Defourny
Outra economia	Antônio David Cattani
Socioeconomia solidária	Marcos Arruda & Leonardo Boff

Quadro 1 - Acepções acerca da economia solidária e seus autores. Fonte: Rangel (2010)

Frente à reflexão acerca das redes de colaboração solidária, destacam-se as declarações do filósofo - Euclides André Mance. Uma importante contribuição do autor refere-se aos critérios básicos de participação nessas redes, que podem ser sintetizados nos tópicos seguintes: inexistência de qualquer tipo de exploração do trabalho, expropriação no consumo ou dominação nos empreendimentos; busca da preservação do equilíbrio dos ecossistemas; compartilhamento das significativas parcelas dos excedentes apurados para a expansão da própria rede; autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração entre todos os participantes (MANCE, 2002; 2003).

Por trás disso, Mance argumenta que os objetivos básicos das redes de colaboração solidária são:

atendimento das demandas de consumo dos membros das redes, produzindo e comercializando bens e serviços com qualidade técnica, social e ecológica; produção

de forma ecológica nas redes tudo o que seja necessário para satisfazer suas demandas, ainda atendidas pelo mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc.; correção de fluxos de valores, evitando realimentar-se a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; geração de novos postos de trabalho e distribuir renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos visando satisfazer as demandas das próprias redes; remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas, objetivando garantir as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. (MANCE, 2002, p. 37-38)

As redes de colaboração solidária buscam a integração de produção, comercialização, crédito e consumo. Nesta direção, Mance (2003) afirma que a construção de uma rede pode se concretizar a partir de produtores solidários que se organizam solidariamente para realizarem, por exemplo, compras em conjunto de insumos, bem como o compartilhamento de equipamentos e instalações. Em recente publicação, Mance (2009, p. 281-282) defende que as redes de colaboração solidária “promovem a difusão do consumo e labor solidários [...], bem como o compromisso pelo bem-viver de todos e o desejo do outro”.

3. Divulgação dos dados

3.1. Dados nacionais

A primeira edição do mapeamento da economia solidária no Brasil realizada no ano de 2005 e publicada em abril de 2006 é considerada como a iniciativa pioneira no mundo no que diz respeito à identificação e caracterização de empreendimentos econômicos baseados na solidariedade, autogestão e cooperação. Chegando a cobrir cerca de 41% dos municípios brasileiros, o primeiro mapeamento levantou dados de 14.954 EES, cuja população estimada naquela data correspondeu a 1.256.000 pessoas (sócios/as) (SENAES, 2006). Já a segunda edição (e última), realizada no ano de 2007 em 48% dos municípios brasileiros, computou 21.859 EES constituídos de 1.687.496 pessoas (sócios/as) (SENAES/SIES, 2007).

Os motivos¹ que levaram a criação dos EES, segundo a SENAES/SIES, 2007, são:
alternativa ao desemprego: quando os(as) sócios(as) estavam desempregados(as) e resolveram criar uma alternativa de trabalho em um EES;

obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo: quando os(as) associados(as) já atuavam individualmente (negócios por conta própria) e decidiram criar uma organização coletiva com a motivação de ampliar os seus ganhos;

uma fonte complementar de renda: quando os(as) associados(as) possuem outras fontes de renda (aposentadorias e pensões, emprego, etc.) e resolvem criar um EES para coletivamente desenvolver uma atividade econômica para complementar a renda;

desenvolvimento de uma atividade onde todos(as) são donos(as) / trabalho associado: quando os(as) sócios(as) decidiram criar um EES onde eles(as) assumam a autogestão. O destaque é

para a vontade explícita dos(as) participantes em não quererem ser assalariados(as) ou trabalhadores(as) subordinados(as) em empresas privadas;

condição exigida para ter acesso a financiamentos a outros apoios: a motivação para criação da organização veio de fora do grupo na forma de incentivo ou exigência para obter acesso a apoio, projeto, financiamento;

recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu ou em processo falimentar: para os casos que os(as) trabalhadores(as) resolveram optar pela recuperação de uma empresa que faliu ou estava em situação falimentar, evitando o seu fechamento e a perda dos postos de trabalho. Muitas vezes, os(as) trabalhadores(as) constituem uma cooperativa que arrenda a planta industrial.

A alternativa ao desemprego ocupa o primeiro lugar do ranking dos motivos de criação dos EES com a quantidade de 6.746, seguida da obtenção de mais ganho e o objetivo de complementação de renda, conforme o Gráfico 1 (SENAES/SIES, 2007).

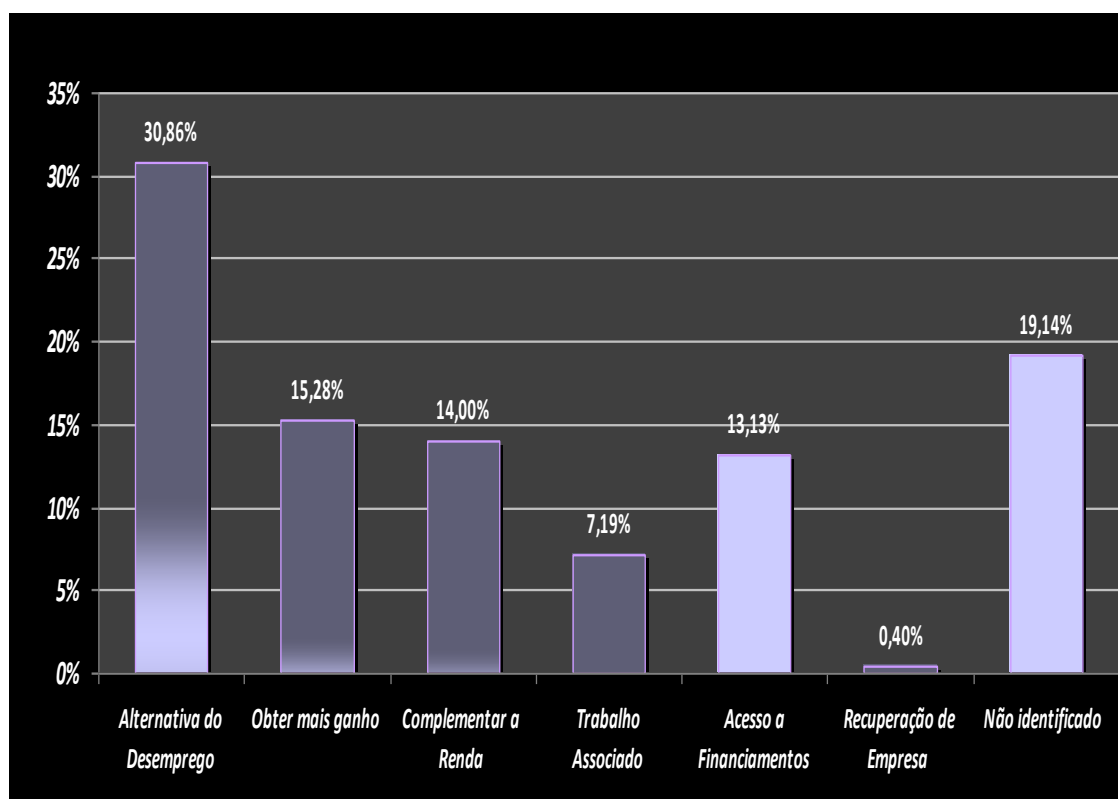


Gráfico 1 - Motivos de criação dos EES (em percentagens). Fonte: SENAES/SIES (2007)

Desta totalidade, 49,87% deles têm Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, são legalmente constituídos. No território nacional, regionalmente, os EES pela ótica da quantidade e percentual sobre o total se distribuem da seguinte forma: Centro-Oeste: 2.210, (10,11%); Nordeste: 9.498, (43,45%); Norte: 2.656, (12,15%); Sudeste: 3.912, (17,90%); e Sul: 3.583, (16,39%).

O último decênio do século XX é marcado pelo surgimento de 7.413 empresas autogestionárias, tendo a região Nordeste como líder mediante o percentual de 50,11%. Em seguida, 14,78% e 13,85%, respectivamente, nas regiões Sul e Norte. Examina-se que 55,86%, ou seja, 12.211 EES eclodiram no território nacional a partir dos anos 2000 até o ano de 2007, percebendo assim um crescimento na ordem de 4.798 empreendimentos em relação ao período anterior (SENAES/SIES, 2007).

Quanto aos participantes, o mapeamento chega a identificar 1.687.496 indivíduos em 98,98% dos EES. Da totalidade destes integrantes, os percentuais de 38,25 e 32,14 (os maiores) podem ser observados nas regiões Nordeste e Sul, respectivamente. Nas demais regiões, o mapeamento identifica 11,60% na região Norte; 10,50% no Sudeste e 7,51% na região Centro-Oeste.

No que tange aos EES que atuam em redes, é também na região Nordeste onde se encontra o maior número de experiências, ou seja, 4.232 EES. Em seqüência, as regiões: Sudeste (1.959 EES); Sul (1.860 EES); Norte (1.004 EES) e Centro-Oeste (846 EES), totalizando 9.992 experiências autogestionárias. O Gráfico 2 indica a relação percentual das redes de colaboração solidária nas regiões brasileiras. Da totalidade anteriormente apresentada, 506 experiências destinam-se à prestação de serviços de coleta e reciclagem de materiais.

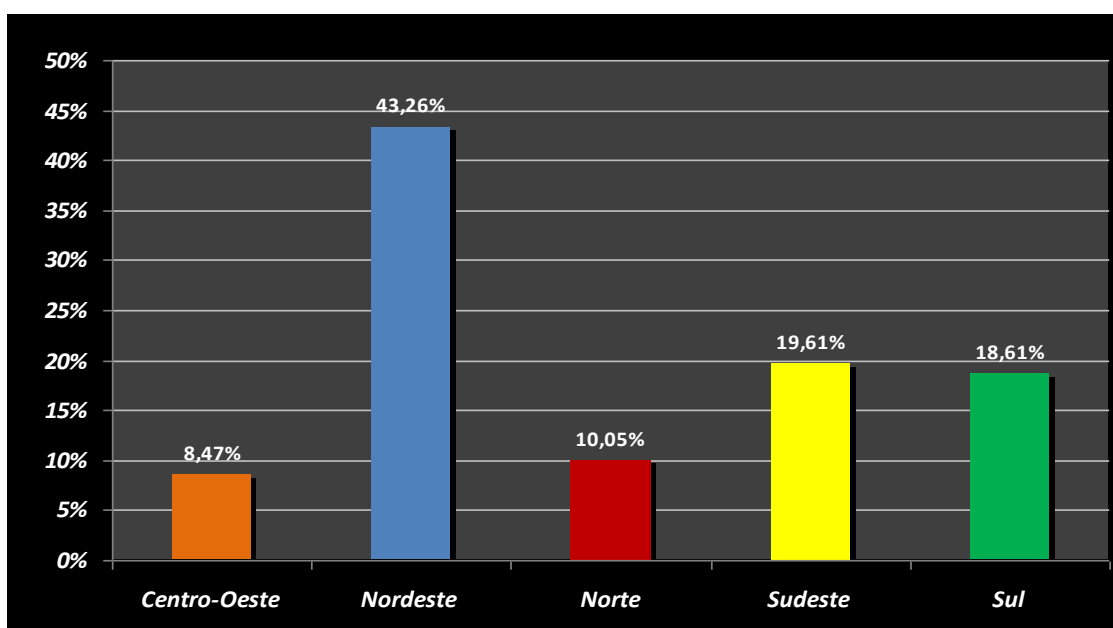


Gráfico 2 - EES em redes de colaboração solidária (em percentagens). Fonte: SENAES/SIES (2007)

Dentre as atividades econômicas identificadas no mapeamento, têm-se a prestação de serviços (diversos); produção agropecuária, extrativismo e pesca; produção de artefatos

artesanais; produção de fitoterápicos, limpeza e higiene; produção e serviços de alimentos e bebidas; produção e serviços diretos; produção industrial (diversas); produção mineral (diversas); produção têxtil e confecção; serviços de coleta e reciclagem de materiais; e serviços relativos a crédito e finanças. O segmento econômico, serviços de coleta e reciclagem de materiais representa 2,31% das experiências autogestionárias e solidários no Brasil (SENAES/SIES, 2007), predominando na região Sudeste com 212 empreendimentos, sendo que 115 deles encontram-se no estado de São Paulo.

Por fim, julga-se importante mencionar que a terceira edição do mapeamento da Economia Solidária ocorrida em 2009-2010 (dados ainda não divulgados), promoveu revisitas em todos os EES que compõem a base de dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), bem como incorporação de novos empreendimentos identificados; atualização de informações das entidades de apoio, assessoria e fomento (EAFs) já incluídas na base de informações e inclusão de novas; incorporação das Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES) com a aplicação de questionário específico.

3.2. A Região do Vale do Paraíba Paulista

Composta por 39 municípiosⁱⁱ, a região do Vale do Paraíba Paulista se constitui de 1.992.110 habitantes, sendo que 943.137 e 175.968 deles correspondem à população economicamente ativa total e desocupada, respectivamente. Ainda nesta breve contextualização, percebe-se 274.063 trabalhadores informais, que representam 13,76% da população total da região, sendo os municípios de até 20.000 habitantes e de 20.001 a 50.001 habitantes os que mais têm trabalhadores informais, 16,17% e 18,09%, respectivamente (IBGE, 2000). No tocante à pobreza da região do Vale do Paraíba Paulista, o Mapa de Pobreza e Desigualdade (IBGE, 2003) revela que 28,25% desta população, ou seja, 562.771 pessoas não conseguem ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência, esta pobreza então definida como absoluta e 25,68% corresponde aos indivíduos que se intitulam ‘pobres’, de acordo com a sua própria percepção de bem-estar sobre suas condições de vida, assim denominada de pobreza relativa ou subjetiva.

No que tange à identificação da economia solidária na região, o Atlas da Economia Solidária no Brasil (SENAES/SIES, 2007) atesta 25 experiências constituídas por 648 pessoas (210 homens e 438 mulheres). Tais iniciativas autogestionárias e solidárias estão localizadas nos seguintes municípios: Bananal (01)ⁱⁱⁱ, Guaratinguetá (1), Igaratá (1), Jacareí (3), Lorena

(1), Pindamonhangaba (1), Potim (1), São Bento do Sapucaí (1), São José dos Campos (2), São Sebastião (4), Taubaté (4) e Ubatuba (6). Já a forma de organização destes empreendimentos se distribui da seguinte maneira: a) cooperativas: representando 28% do total dos EES do Vale do Paraíba Paulista localizam-se em 5 municípios: Guaratinguetá, Jacareí, Potim, São José dos Campos e São Sebastião, onde nos quatro primeiros, somente um EES e no último, 3; b) grupo informal: 2 deles localizam-se em Jacareí; 4 em Taubaté; 6 em Ubatuba e, em cada um destes (Bananal, Igaratá, Lorena, Pindamonhangaba, São Bento do Sapucaí, São Sebastião) apenas um grupo informal, totalizando desta forma - 18 EES, ou seja, 72% sobre o total (SIES/SENAES, 2007). Importante destacar que, somente as cooperativas são legalmente constituídas.

Salienta-se que a primeira experiência autogestionária e solidária na região, surgiu em 1975 no município de São Sebastião. Na década seguinte, 02 empreendimentos foram criados em 1987 e 1989, respectivamente, Ubatuba e Lorena. A última década do século XX apresentou também apenas dois deles, exclusivamente no ano de 1997, nos municípios de São Sebastião e Jacareí. Mas foi, a partir dos anos 2000, que a economia solidária no Vale do Paraíba Paulista apresenta uma maior incidência, apesar de incipiente, ou seja, 80% - significando uma totalidade de 20 EES, assim distribuídos: 04 (ano de 2000); 02 (ano de 2001); 04 (ano de 2002); 03 (ano de 2004); 02 (ano de 2005); 03 (ano de 2006) e 02 deles no último ano mapeado (SENAES/SIES, 2007). A análise das características gerais dos EES do Vale Paraíba Paulista também mostra que 28% destes, tomaram a alternativa ao desemprego como o principal motivo de sua criação^{iv}. Ademais, a produção de artefatos artesanais e serviços de coleta de reciclagem de materiais são as atividades econômicas que prevalecem nos EES da região^v.

A despeito dos EES inseridos em rede de colaboração solidária na região do Vale do Paraíba Paulista, o estudo constata 20 experiências, sendo que 3 delas não foram divulgadas, conforme mostra o quadro 2, que ilustra a composição do Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba.

Município	EES	Apoiador(es)
Aparecida	Cooperativa Anjos da Limpeza	Prefeitura
Caçapava	Cooperecycle	Prefeitura
Campos do Jordão	n/d ^{vi} (A) ^{vii}	Prefeitura
Caraguatatuba	Catatudo (A)	Prefeitura
Guaratinguetá	Cooperativa Amigos do Lixo	Prefeitura

Ilhabela	Associação Centro de Triagem	Prefeitura
Jacareí	Recicla	Prefeitura
Lavrinhas	Limpa Lavrinhas	n/d
Lorena	Cooperativa de Catadores de Material Reciclável (RECICRAS)	Prefeitura
Pindamonhangaba	Cooperativa de Produção Recicla Vida (A) Associação Art. Rec. Moreira César	Prefeitura Paróquia São Benedito
Piquete	n/d (A)	Prefeitura
Potim	Projeto Ecovida (A)	Prefeitura
Roseira	n/d (A)	Prefeitura
São José dos Campos	Cooperativa Futura Cooperativa São Vicente	Prefeitura Diocese (Paróquia São Vicente de Paulo)
São Sebastião	Coopersuss	Prefeitura
Taubaté	Cooperativa Re-si-clando Cooperativa Santa Tereza (A)	ONG SENSO Prefeitura e ONG SENSO
Ubatuba	Cooperuba-tuba (A)	n/d

Quadro 2 - Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba Paulista.

Fonte: Rangel (2010)

Cumprе salientar que a região do Vale do Paraíba Paulista, desde 2007 vem desenvolvendo encontros dos EES com o objetivo de interação destes, além de promover a formação em cooperativismo e comercialização de seus produtos, e, divulgar informações sobre o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), surgido em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília - evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. Desde então, 3 encontros ocorreram.

O I Encontro de Catadores de Materiais Recicláveis da região realizado em agosto de 2007 em Aparecida (SP) teve por iniciativa da Caixa Econômica Federal (CEF) através do 'Recicla, Vale!', tinha como objetivo principal – o fomento das práticas adequadas de preservação do meio ambiente, apoiadas pela Organização Não Governamental (ONG) - Moradia e Cidadania, Prefeitura de Aparecida, Organização de Auxílio Fraternal, Interact - Club Aparecida e Seminário Redentorista Santo Afonso de Aparecida.

Em maio de 2008, ocorreu o II Encontro, no município de Aparecida que também teve apoio da CEF (Programa CAIXA ODM - Objetivos do Milênio) e da ONG Moradia e Cidadania, reunindo cerca de 200 catadores(as) membros de EES de 17 municípios da região, além de gestores públicos e apoiadores. Um dos principais resultados deste encontro foi a

formação de uma comissão provisória composta por dois representantes catadores de cada um dos 17 municípios com o objetivo de articular as futuras reuniões.

O III Encontro (e último) ocorreu em São José dos Campos, no mês de novembro de 2009, contou com a participação de 14 municípios e 09 EES [cerca de 300 cooperados(as)], evento realizado pelo Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba Paulista e do Litoral Norte. Este encontro, por sua vez, gerou propostas que foram anunciadas à sociedade ao poder público, a saber: garantir apoio de infra-estrutura para realização do ciclo de formação e capacitação dos catadores e catadoras no Vale do Paraíba e Litoral Norte; fomentar nos municípios a educação ambiental; garantir áreas públicas municipais e da união para as organizações de catadores com a concessão dos terrenos de longo prazo e documentada; garantir apoio do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP) junto às prefeituras das 39 cidades da região; garantir autonomia e autogestão das organizações de catadores e catadoras do Vale do Paraíba; repúdio ao processo de implantação da incineração em nosso país, pois esse método é extremamente agressivo ao meio ambiente e exclui o trabalho dos catadores e catadoras.

Neste ínterim, em 2009 foi formalizado o Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba Paulista, com a participação de 2 cooperados de cada cooperativa ou associação da região que abrange também neste caso, a região da Serra da Mantiqueira (CATAVALE, 2010).

A criação deste Comitê teve como objetivo a articulação e discussão dos grupos de catadores da região no âmbito das políticas públicas de apoio aos catadores, bem como a criação de rede de comercialização. Em longo prazo, a rede pretende negociar todos os tipos de materiais recicláveis com objetivo de fortalecimento dos EES e agregar valor ao produto, possibilitando, deste modo, a negociação em grande quantidade.

Além dos EES acima listados, o Comitê também conta com a participação do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR), da Caixa Econômica Federal (CEF) - Regional de São José dos Campos e de parceiros como a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (ABIVIDRO) e a empresa Saint-Gobain.

4. Considerações finais

Em termos quantitativos, entre os dados revelados pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil da SENAES e o Relatório sobre a Composição do Comitê Regional de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraíba Paulista elaborado pela CEF, o estudo aponta uma

diferença de EES em relação à sua quantidade. Isso implica revelar que o mapeamento realizado em 2007 pela SENAES não chegou a identificar 8 EES nos municípios de Aparecida, Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Ilhabela, Lavrinhas, Piquete e Roseira.

Por esta declaração e pela evolução do Comitê citado no estudo, consideramos que a rede de colaboração solidária na região estudada encontra-se em fase de construção, principalmente no que diz respeito à sua abrangência, isto é, ainda há EES que não participam de tal proposta.

Dáí faz-se necessário fazer um apontamento sobre a realidade da economia solidária no Brasil. Sob esforços e recursos de nível federal, estadual e municipal esta radiografia pode apresentar algum gargalo ou imprecisão quanto à exatidão de um retrato fiel dos EES no país, bem como das redes de colaboração solidária. Tal fato é decorrente da própria autodeclaração dos empreendimentos para o governo na forma única de cadastro na página virtual do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e outras ferramentas. No entanto, o mais precioso deste mapeamento realizado é admitir para o capitalismo dominante, explorador e excludente que a economia solidária se aproxima e vem tomando seu devido espaço neste mundo desigual e desumano, permitindo sob condições ideológicas e práticas a abertura de discussões sobre relações de trabalho e sobre a vida dos indivíduos.

Em síntese, acompanhados por Cattani (2003) e Santos (2000), avaliamos que a economia solidária não se origina em devaneios utopistas ou no saudosismo de um tempo mítico, mas sim num importante e sólido movimento de construção de um mundo melhor, onde a utopia se assenta na abertura de expectativas e de possibilidades criando a vontade de lutar por alternativas. Nesta direção, as redes de colaboração solidária significam mais um desafio no que diz respeito ao combate da pobreza, da desigualdade e exclusão social.

Finalmente, aventamos que esta economia pode ser considerada como uma alternativa aos trabalhadores excluídos, desde que estes desfrutem de uma ideologia de vida que permeia a colaboração, a cooperação e a solidariedade.

5. Referências Bibliográficas

BERTUCCI, J. de O. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CATAVALE. **Cooperativa de Reciclagem de Materiais São Vicente**. Disponível em: <<http://cooperativadereciclagem.wordpress.com/catavale>>. Acesso em: 3 fev. 2010.

- CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 9-14.
- GAIGER, L. I. G. (Org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. G. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 5 de fev. 2002.
- GAIGER, L. I. G. **As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária**. CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, v. 37, n 159, 2001.
- GAIGER, L. I. G. Empreendimentos econômicos solidários. *In*: CATTANI, A. D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-143.
- GAIGER, L. I. G. Significados e tendências da economia solidária. *In*: **CUT/Brasil. Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT**. São Paulo: CUT, 1999.
- HOBBSAWN, E. J. E. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 fev.2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 7 mar. 2010.
- MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Euclides André Mance (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFil, 2003.
- MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. *In*: CATTANI, A. D. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. CES. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 278-283.
- MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- RANGEL, R. R. **Economia Solidária e Ação Governamental no Brasil: o município de São José dos Campos (SP)**. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2010.
- SANTOS, B. de S. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: 2006.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. SENAES. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. SIES. 2007**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>>. Acesso em: 1, 5, 9 out. 2009; 4, 5, 7 jan. 2010; 15, 16, 22, 23 fev. 2010.
- SINGER, P. I. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SINGER, P. I. Economia solidária contra o desemprego. **Jornal Folha de São Paulo**. Seção – Tendências/Debates. p. 1-3. 11/Jul/96. Disponível em: <<http://www1uol.com.br/cgi-in/bibliot/arquivo.cgi>>. Acesso em: 2 ago. 2008.
- SINGER, P. I. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28. (Coleção economia).
- SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. I. **Uma utopia militante. Repensando o Socialismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

Notas:

ⁱ Em 4.184 EES não foram identificados os motivos de sua criação. No entanto, o Guia de Orientações e Procedimentos do SIES (2006) aborda outros motivos como a motivação social, filantrópica ou religiosa (complementação a atividades de cunho religioso ou de assistência social promovida por organizações pastorais, religiosas ou de fins filantrópicos; desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (constatação ou identificação das capacidades e potencialidades comunitárias que resultou na decisão de criar espaços ou instrumentos para incentivar ou incrementar essas capacidades locais) e alternativa organizativa e de qualificação (principal razão é organizativa ou de qualificação, não é especificamente econômica). Ou seja, o empreendimento é um instrumento para fortalecer a ação comunitária que já existe, ou fortalecer a inserção de um movimento social ou sindical numa dada realidade. Também se aplica aos casos dos empreendimentos que surgiram a partir da realização de uma atividade formativa (cursos, seminários) ou de qualificação e que resultou em decisão de criar um empreendimento para organizar o desenvolvimento de uma atividade econômica solidária entre os participantes dos processos de qualificação social e/ou profissional.

ⁱⁱ Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhanbaga, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba.

ⁱⁱⁱ Quantidade de EES.

^{iv} 11 EES não informaram o(s) seu (s) motivo(s) de criação (Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2007).

^v Apenas 01 EES não especificou sua atividade econômica (Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2007).

^{vi} Não divulgado.

^{vii} (A) representa o EES que está em processo de constituição (Área Técnica Social da Caixa Econômica Federal).